

PORTARIA n. 11, de 02 de agosto de 2018

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 082.2018.047

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que este Procurador tomou conhecimento de situações que, caso confirmadas, representarão graves irregularidades administrativas que contrariam os princípios da moralidade, da legalidade e da boa gestão dos recursos públicos, notadamente a contratação irregular de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO que a descrição do objeto da Contratação por Inexigibilidade é bastante genérica e inespecífica, não indicando qualquer singularidade do serviço advocatício demandado;

CONSIDERANDO que o escritório prestador de serviços advocatícios vem recebendo um relevante valor mensal (R\$15.000,00) desde fevereiro de 2017 e a Nota de Empenho 312/2018 contempla recursos para futuros pagamentos até janeiro de 2019;

CONSIDERANDO que o Ministério Público de Contas tem suspeitas de que a contratação do Escritório de Advocacia Ribeiro Silva Advogados Associados se destina a ações judiciais rotineiras e de complexidade reduzida;

CONSIDERANDO as informações preliminares levantadas pelo *parquet* no SICOM (TCE-MG).

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, II, da Resolução n. MPC - MG n. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo, a expedição de ofício ao atual Prefeito de Areado, **requisitando** que apresente:

- a) cópia integral do Processo de Inexigibilidade 21/2017, ao final do qual se firmou a contratação com o escritório Ribeiro Silva Advogados Associados;
- b) cópia do respectivo contrato com o escritório Ribeiro Silva Advogados Associados (incluindo seus anexos) e termos aditivos (se houver);
- c) cópia das notas de empenho decorrentes de tal contratação (acompanhada da documentação instrutória de cada uma delas);
- d) cópia do eventual pagamento de despesas acessórias à prestação de serviços advocatícios, tais como despesas de deslocamento interurbano, hospedagem, alimentação, etc. (ou apresentar declaração expressa no sentido de sua inexistência);
- d) indicação exhaustiva das ações judiciais até hoje patrocinadas pelo escritório Ribeiro Silva Advogados Associados (com os correspondentes números de tais ações e as partes adversas de cada uma delas);

e) informação dos nomes, CPF e endereços atuais dos procuradores municipais (abrangendo os servidores efetivos, os detentores de cargos em comissão, de cargos de confiança e os contratados), com especificação das ações judiciais em que tais procuradores atuaram desde fevereiro de 2017 (com os correspondentes números de tais ações e as partes adversas de cada uma delas);
f) informação do nome, CPF e endereço atual do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados Ribeiro Silva Advogados Associados.

Fixo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 2 de agosto de 2018.

Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas